

## A CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE BELEZA: ARTE, FILOSOFIA E MEDICINA AO LONGO DA HISTÓRIA

THE CONSTRUCTION OF THE IDEAL OF BEAUTY: ART, PHILOSOPHY, AND MEDICINE THROUGHOUT HISTORY

LA CONSTRUCCIÓN DEL IDEAL DE BELLEZA: ARTE, FILOSOFÍA Y MEDICINA A LO LARGO DE LA HISTORIA

Mario Cezar Saffi Junior<sup>1</sup>  
Paulo Roberto Costa de Almeida<sup>2</sup>  
Gabriela Ruva Fagundes<sup>2</sup>  
Camila Martins Lopes<sup>3</sup>  
Giovani Marino Favero<sup>4</sup>

**RESUMO:** Este artigo discute a beleza corporal como uma construção histórica, cultural e simbólica, e não como um atributo natural ou universal. O objetivo foi analisar a evolução dos ideais de beleza ao longo da história, desde concepções simbólicas e funcionais nas sociedades antigas até a medicalização contemporânea do corpo. Trata-se de um ensaio teórico-crítico de natureza histórico-filosófica, baseado na análise interpretativa de obras da filosofia, história, artes e literatura científica. O texto demonstra que diferentes contextos históricos produziram padrões estéticos específicos, associados a relações de poder, moralidade e normatização social. Destaca-se o papel crescente da medicina, sobretudo a partir do século XIX, quando o corpo passou a ser classificado, medido e corrigido segundo parâmetros científicos. Nos séculos XX e XXI, a influência da mídia, das tecnologias digitais e da medicina estética consolidou o corpo como projeto performático e capital simbólico, ampliando processos de medicalização e sofrimento psíquico. Sob a perspectiva da bioética, o artigo problematiza os limites entre cuidado, aprimoramento e padronização estética, defendendo uma prática médica crítica, humanizada e comprometida com a diversidade corporal e a dignidade humana.

1

**Palavras-chave:** Corpo. Medicina. História. Bioética.

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Farmacêuticas (UEPG).

<sup>2</sup> Mestre em Ciências Farmacêuticas (UEPG).

<sup>2</sup> Mestre em Ciências Farmacêuticas (UEPG).

<sup>3</sup> Médica (UEPG).

<sup>4</sup> Doutor em Alergia e Imunopatologia (USP).

**ABSTRACT:** This article discusses body beauty as a historical, cultural, and symbolic construction rather than a natural or universal attribute. Its objective was to analyze the evolution of beauty ideals throughout history, from symbolic and functional conceptions in ancient societies to the contemporary medicalization of the body. It is a theoretical-critical essay of a historical-philosophical nature, based on the interpretative analysis of works in philosophy, history, the arts, and scientific literature. The text demonstrates that different historical contexts have produced specific aesthetic standards, associated with relations of power, morality, and social normatization. It highlights the growing role of medicine, particularly from the nineteenth century onward, when the body began to be classified, measured, and corrected according to scientific parameters. In the twentieth and twenty-first centuries, the influence of media, digital technologies, and aesthetic medicine consolidated the body as a performative project and symbolic capital, intensifying processes of medicalization and psychological suffering. From a bioethical perspective, the article problematizes the boundaries between care, enhancement, and aesthetic standardization, advocating for a critical and humanized medical practice committed to bodily diversity and human dignity.

**Keywords:** Body. Medicine. History. Bioethics.

**RESUMEN:** Este artículo analiza la belleza corporal como una construcción histórica, cultural y simbólica, y no como un atributo natural o universal. El objetivo fue examinar la evolución de los ideales de belleza a lo largo de la historia, desde concepciones simbólicas y funcionales en las sociedades antiguas hasta la medicalización contemporánea del cuerpo. Se trata de un ensayo teórico-crítico de carácter histórico-filosófico, basado en el análisis interpretativo de obras de la filosofía, la historia, las artes y la literatura científica. El texto demuestra que distintos contextos históricos produjeron patrones estéticos específicos, asociados a relaciones de poder, moralidad y normativización social. Se destaca el papel creciente de la medicina, especialmente a partir del siglo XIX, cuando el cuerpo comenzó a ser clasificado, medido y corregido según parámetros científicos. En los siglos XX y XXI, la influencia de los medios de comunicación, las tecnologías digitales y la medicina estética consolidó el cuerpo como proyecto performativo y capital simbólico, ampliando los procesos de medicalización y sufrimiento psíquico. Desde la perspectiva de la bioética, el artículo problematiza los límites entre cuidado, perfeccionamiento y estandarización estética, defendiendo una práctica médica crítica, humanizada y comprometida con la diversidad corporal y la dignidad humana.

**Palabras clave:** Cuerpo. Medicina. Historia. Bioética.

## INTRODUÇÃO

A noção de beleza, frequentemente percebida como atributo natural ou universal, constitui-se, na realidade, como uma construção histórica, cultural e simbólica, moldada por valores sociais, concepções filosóficas, expressões artísticas e, mais recentemente, por discursos científicos. Ao longo da história, os ideais de beleza atribuídos ao corpo humano variaram de acordo com contextos econômicos, religiosos, políticos e culturais, refletindo não apenas preferências estéticas, mas também visões de mundo, hierarquias sociais e formas de organização do poder (Eco, 2004).

O corpo humano, nesse sentido, não se apresenta como um dado neutro, mas como um território de disputas simbólicas e materiais, no qual se inscrevem normas morais, expectativas sociais, estratégias de controle e saberes científicos. A estética corporal passa a dialogar, de maneira indissociável, com noções de virtude, saúde, produtividade e normalidade, revelando o entrelaçamento entre beleza, moralidade e poder. Ao longo do tempo, essas disputas foram mediadas por diferentes campos do saber, sendo a filosofia e as artes fundamentais na formulação dos primeiros ideais estéticos, enquanto a ciência e, particularmente, a medicina assumiram papel cada vez mais central na definição do que é considerado um corpo adequado, saudável ou desejável (Foucault, 2010).

Diante desse cenário, analisamos a evolução histórica dos padrões de beleza, desde suas raízes simbólicas e filosóficas nas sociedades antigas até sua reconfiguração no contexto contemporâneo, marcado pela medicalização do corpo e pela intensificação de práticas voltadas à sua modulação estética. Busca-se discutir o papel progressivamente central da medicina na normatização dos corpos, evidenciando como discursos biomédicos passaram a legitimar padrões estéticos, frequentemente apresentados como expressões de saúde, bem-estar ou qualidade de vida. (Ortega, 2008).

A escolha por um recorte interdisciplinar justifica-se pela complexidade do fenômeno investigado, que não pode ser compreendido de forma satisfatória a partir de um único campo do conhecimento. A articulação entre filosofia, artes, história e medicina permite uma leitura ampliada e crítica dos processos que moldaram os ideais de beleza ao longo do tempo, evidenciando continuidades, rupturas e tensões entre saberes humanísticos e científicos (Turner, 2008).

Metodologicamente, trata-se de um ensaio teórico-crítico de natureza histórico-filosófica, fundamentado na análise interpretativa de obras filosóficas, produções artísticas, textos históricos e literatura científica. Essa abordagem possibilita compreender a construção social do belo como um processo dinâmico, historicamente situado e permeado por relações de poder, contribuindo para uma reflexão crítica sobre o lugar da medicina e da ciência na configuração dos ideais estéticos contemporâneos (Foucault, 2010).

## **2. O Corpo Antes da Estética Científica: Beleza, Simbolismo e Função**

Antes da consolidação de uma estética fundamentada em parâmetros científicos ou biomédicos, o corpo humano era compreendido primordialmente como entidade simbólica,

funcional e relacional. Nas sociedades pré-históricas e nas primeiras civilizações, os atributos corporais valorizados não se orientavam por ideais abstratos de proporção ou desempenho físico, mas por sua capacidade de expressar sobrevivência, fertilidade, pertencimento e conexão com forças naturais e espirituais. A beleza, nesse contexto, não se dissociava da função social e biológica do corpo, tampouco da sua inserção no imaginário coletivo (Eco, 2004).

A ausência de uma distinção clara entre corpo, natureza e transcendência conferia à corporalidade um papel central na organização simbólica dessas sociedades. O corpo belo era aquele capaz de representar continuidade da vida, proteção do grupo e estabilidade diante das incertezas impostas pelo ambiente. Assim, os critérios estéticos estavam profundamente entrelaçados às condições materiais de existência e às cosmologias que orientavam a compreensão do mundo (Mauss, 2003).

## 2.1 Beleza, fertilidade e sobrevivência

Nas sociedades pré-históricas e tribais, a beleza corporal esteve fortemente associada à fertilidade, à abundância e à sobrevivência coletiva. Corpos volumosos, especialmente femininos, eram compreendidos como símbolos de capacidade reprodutiva, nutrição e resistência, atributos essenciais em contextos marcados por escassez de recursos, alta mortalidade e vulnerabilidade ambiental. A valorização dessas características refletia uma lógica adaptativa, na qual o corpo belo era, simultaneamente, um corpo funcional e protetor da continuidade do grupo (Mauss, 2003; Eco, 2004).

As representações artísticas desse período, como as esculturas paleolíticas conhecidas como “Vênus”, exemplificam esse ideal estético-simbólico. Nessas figuras, a ênfase em seios, abdômen e quadris não obedece a critérios de proporção ou simetria, mas à exaltação da fecundidade e da maternidade como forças vitais. O corpo, portanto, não era objeto de contemplação estética isolada, mas portador de significados relacionados à vida, à reprodução e à permanência da espécie (Eco, 2004).

Nesse estágio histórico, não se observa uma separação entre saúde, beleza e função. O corpo saudável era aquele capaz de resistir às adversidades e garantir a reprodução, e essa condição se traduzia simbolicamente como beleza. Trata-se de uma concepção distante dos padrões contemporâneos, nos quais a estética frequentemente se dissocia da funcionalidade e da sobrevivência, sendo orientada por critérios normativos e performáticos (Canguilhem, 2011).

## 2.2 O corpo como símbolo sagrado

Para além da dimensão biológica, o corpo ocupava lugar central nas cosmologias das sociedades antigas, sendo frequentemente compreendido como expressão do sagrado e como mediador entre o humano e o transcendente. O corpo não era apenas matéria, mas veículo de forças espirituais, ancestrais ou divinas, carregando significados que ultrapassavam sua materialidade. Nesse contexto, a beleza corporal assumia caráter ritualístico e simbólico, vinculando-se a práticas religiosas, mágicas e cerimoniais (Le Breton, 2011).

Marcas corporais, adornos, pinturas e modificações físicas não tinham finalidade estética no sentido moderno, mas funcionavam como signos identitários, espirituais e sociais. O corpo adornado comunicava pertencimento, status, proteção espiritual ou preparação para ritos de passagem. A beleza, portanto, não residia na forma em si, mas na capacidade do corpo de expressar vínculos com o sagrado e com a coletividade (Mauss, 2003).

Essa compreensão simbólica do corpo reforça a ideia de que, nas sociedades pré-científicas, a estética corporal estava integrada a sistemas complexos de significado, nos quais arte, religião e vida cotidiana se entrelaçavam. A ausência de uma abordagem científica ou médica sobre o corpo não implicava ausência de normatividade, mas a existência de normas simbólicas e culturais que orientavam o que era considerado belo, adequado ou desejável. Essas concepções inauguram um longo percurso histórico no qual o corpo será progressivamente deslocado do campo do sagrado para o campo da razão, da ciência e, posteriormente, da medicina (Foucault, 2010).

## 3. O Ideal Grego: Harmonia, Proporção e Virtude

A Grécia Antiga representa um marco fundamental na história dos ideais de beleza corporal, ao inaugurar uma concepção estética baseada na racionalidade, na harmonia e na proporção. Diferentemente das sociedades anteriores, nas quais o corpo era primordialmente simbólico ou funcional, o pensamento grego introduz uma leitura sistematizada da beleza como expressão de ordem, equilíbrio e medida. O corpo humano passa a ser compreendido como manifestação visível de uma harmonia interna, refletindo princípios universais que organizariam tanto a natureza quanto a vida moral (Eco, 2004).

Nesse contexto, a beleza deixa de ser apenas sinal de fertilidade ou sobrevivência e assume um caráter ético e filosófico. A forma corporal passa a expressar valores ligados à excelência humana, à moderação e à racionalidade. O corpo belo é aquele que revela domínio

sobre si, equilíbrio entre forças opostas e conformidade com uma ordem ideal, aproximando-se de um modelo universal de perfeição (Eco, 2004).

### 3.1 *Kalokagathia*: beleza e virtude

O conceito de *kalokagathia*, central na cultura grega clássica, sintetiza a inseparabilidade entre beleza (*kalós*) e bondade ou virtude (*agathós*). Essa noção expressa a ideia de que o belo corporal não poderia existir de forma dissociada da excelência moral e intelectual. O corpo harmonioso seria, assim, reflexo de uma alma igualmente ordenada, virtuosa e racional. A estética corporal adquire, portanto, um caráter ético, funcionando como indicador visível da formação moral do indivíduo (Eco, 2004).

Essa concepção está profundamente vinculada à *paideía* grega, sistema educacional voltado à formação integral do cidadão. A educação do corpo, por meio da ginástica, e da mente, por meio da filosofia e da retórica, visava produzir indivíduos equilibrados, capazes de participar da vida pública da *pólis*. A beleza corporal, nesse sentido, não era mero ornamento, mas expressão de disciplina, autocontrole e compromisso com o bem comum (Sennett, 2016).

Entretanto, o ideal de *kalokagathia* também estabelece um padrão normativo e excludente, restrito a determinados corpos e grupos sociais. Mulheres, estrangeiros, escravizados e indivíduos fora do ideal físico eram excluídos desse modelo, revelando que, mesmo em sua formulação filosófica, o ideal de beleza grego estava imerso em relações de poder e hierarquização social. Ainda assim, sua influência atravessaria séculos, moldando concepções estéticas no Ocidente até a contemporaneidade (Bourdieu, 20012).

### 3.2 A arte grega como cânone

A arte grega clássica desempenhou papel decisivo na consolidação e difusão do ideal estético baseado na harmonia e na proporção. Escultores como Policleto buscaram estabelecer regras matemáticas para a representação do corpo humano, culminando na formulação do *Cânone*, obra na qual a beleza era definida pela relação proporcional entre as partes do corpo. A escultura deixa de representar indivíduos concretos para materializar um ideal abstrato de perfeição corporal (Eco, 2004).

Essas representações artísticas evidenciam a valorização da simetria, do equilíbrio e da contenção, afastando-se de exageros ou deformações. O corpo nu, especialmente o masculino, torna-se objeto privilegiado da arte, exaltando força, serenidade e domínio. A nudez, longe de

ser vulgar, simbolizava pureza, racionalidade e proximidade com o ideal humano perfeito (Eco, 2004).

O impacto desse cânone artístico ultrapassou o contexto grego, sendo retomado e ressignificado em períodos posteriores, como o Renascimento, e permanecendo como referência implícita em discursos estéticos contemporâneos. A arte grega, ao transformar o corpo em medida de todas as coisas, inaugura uma tradição que associa beleza à normatividade, proporção e controle, lançando as bases para futuras interpretações científicas e médicas do corpo humano (Vigarello, 2006).

#### 4. Corpo, Modéstia e Espiritualidade

Com a transição da Antiguidade Clássica para a Idade Média, observa-se uma mudança profunda na forma como o corpo humano é concebido e valorizado. A centralidade estética atribuída ao corpo no pensamento grego e romano é progressivamente substituída por uma visão que privilegia a espiritualidade e a salvação da alma. Nesse novo horizonte cultural, fortemente influenciado pela filosofia cristã, o corpo perde sua condição de ideal estético e passa a ocupar um lugar ambíguo, frequentemente associado à fragilidade humana, à tentação e ao pecado (Vigarello, 2006).

A corporeidade deixa de ser celebrada como expressão de harmonia e virtude e passa a ser compreendida como espaço de disciplina moral. A beleza corporal, quando reconhecida, torna-se secundária e subordinada à vida espiritual, sendo, em muitos casos, percebida como risco à elevação da alma. Essa reorientação implica uma redefinição dos valores estéticos, na qual o visível cede lugar ao invisível, e o sensível é submetido à transcendência (Vigarello, 2006).

O corpo medieval é concebido como locus privilegiado do pecado original e, portanto, como objeto de vigilância, contenção e controle. Práticas ascéticas, como o jejum, a mortificação e a modéstia, visavam disciplinar os desejos corporais e reafirmar a primazia do espírito sobre a carne. A normatização do corpo não se dava por critérios estéticos ou científicos, mas por imperativos morais e religiosos, nos quais o sofrimento físico poderia ser interpretado como caminho de purificação (Foucault, 2014).

Essa concepção encontra expressão evidente na arte medieval. As representações corporais afastam-se do realismo anatômico e da proporcionalidade clássica, privilegiando figuras alongadas, hierarquizadas e desmaterializadas. O corpo não é representado como objeto

de contemplação estética, mas como suporte narrativo e simbólico para mensagens religiosas. A ausência de volume, a rigidez das posturas e a desproporção intencional refletem a recusa da corporeidade como valor em si, reforçando a supremacia do espiritual sobre o sensível (Vigarello, 2006).

No campo da medicina medieval, essa visão também se faz presente. Embora baseada em tradições clássicas, como o galenismo, a prática médica tinha caráter eminentemente funcional e terapêutico, voltado à manutenção da vida e ao alívio do sofrimento, sem qualquer preocupação sistemática com a estética corporal. O corpo era tratado como organismo a ser equilibrado em seus humores, e não como objeto de aprimoramento estético. A intervenção médica buscava restaurar a funcionalidade e a saúde, em consonância com uma visão que subordinava o cuidado do corpo às exigências morais e espirituais da época (Canguilhem, 2011).

Assim, o período medieval representa uma fase de retração da estética corporal, marcada pela subordinação da beleza à espiritualidade e pela centralidade da disciplina moral. Essa concepção, embora distinta do ideal clássico, contribui para a construção histórica do corpo como objeto de normatização, antecipando, sob outra lógica, os mecanismos de controle que serão posteriormente reconfigurados pela ciência e pela medicina moderna (Foucault, 2014).

## 5. Renascimento e Iluminismo: o Corpo Redescoberto

O Renascimento inaugura uma revalorização profunda do corpo humano, rompendo parcialmente com a visão medieval que subordinava a corporeidade à espiritualidade. Inspirado pela redescoberta dos textos clássicos greco-romanos, esse período recoloca o corpo no centro da produção artística, científica e filosófica, agora como objeto legítimo de investigação racional. O corpo deixa de ser apenas suporte moral ou simbólico e passa a ser compreendido como estrutura passível de observação, mensuração e representação sistemática (Danto, 2006).

No contexto do Iluminismo, essa revalorização é ampliada e consolidada por uma concepção de mundo orientada pela razão, pela ciência e pela busca de leis universais. O corpo humano passa a ser tratado como objeto de conhecimento científico, submetido à lógica da classificação, da normalização e do aperfeiçoamento. A beleza, nesse novo paradigma, articula-se à ideia de ordem racional, proporção e controle, aproximando-se progressivamente de um ideal normativo que será sustentado por discursos científicos e médicos (Foucault, 2010).

## 5.1 O corpo anatômico

A figura de Leonardo da Vinci ocupa lugar central na transição entre arte e ciência no Renascimento, simbolizando a emergência do corpo anatômico como objeto simultaneamente estético e científico. Seus estudos detalhados da anatomia humana, baseados em dissecações e observação direta, contribuíram decisivamente para a compreensão estrutural do corpo, rompendo com representações simbólicas ou idealizadas desvinculadas da materialidade corporal (Vigarello, 2006).

O célebre *Homem Vitruviano* sintetiza essa nova concepção ao representar o corpo humano inscrito em formas geométricas perfeitas, como o círculo e o quadrado. Inspirado nos escritos de Vitrúvio, Leonardo propõe o corpo como medida de todas as coisas, estabelecendo uma relação direta entre anatomia, matemática e harmonia. A beleza passa a ser compreendida como resultado da proporção exata entre as partes, reafirmando a ideia de um corpo ideal universalmente válido (Eco, 2004).

Nesse contexto, a anatomia emerge não apenas como ciência do corpo, mas como fundamento estético. O conhecimento anatômico passa a orientar a produção artística e a definição do belo, reforçando a associação entre verdade científica e perfeição formal. O corpo ideal deixa de ser apenas representação artística e passa a funcionar como modelo normativo, antecipando a lógica moderna de padronização corporal (Foucault, 2010).

## 5.2 Beleza europeia moderna

A partir do Renascimento e ao longo do Iluminismo, consolida-se um ideal de beleza marcado por características específicas: corpo branco, proporcional, contido e racionalizado. Esse padrão, construído no contexto europeu, passa a ser apresentado como universal, ocultando sua origem histórica e cultural. A associação entre beleza, razão e civilização contribui para a exclusão e hierarquização de outros corpos, considerados desviantes ou inferiores, estabelecendo as bases do eurocentrismo estético (Fanon, 2008).

Esse processo não se limita ao campo artístico ou filosófico, mas se estende ao desenvolvimento das ciências naturais e médicas. A classificação dos corpos, a definição de medidas normais e a busca por padrões ideais inauguram um movimento de medicalização do corpo normal. A medicina começa a desempenhar papel crescente na distinção entre o saudável e o patológico, o normal e o anormal, criando critérios que ultrapassam a funcionalidade biológica e adentram o campo estético (Canguilhem, 2011).

Assim, o corpo moderno passa a ser simultaneamente objeto de conhecimento, controle e aprimoramento. A beleza deixa de ser apenas expressão simbólica ou moral e se aproxima de um ideal técnico, mensurável e passível de intervenção. Esse deslocamento prepara o terreno para a intensificação da medicalização do corpo nos séculos XIX, XX e XXI, quando a estética se tornará campo privilegiado de atuação médica e de produção de novos padrões normativos (Foucault, 2010).

## 6. Padrões Não-Occidentais de Beleza

A construção histórica dos padrões de beleza não se restringe ao eixo europeu-ocidental, tampouco pode ser compreendida como trajetória universal ou linear. Diversas sociedades desenvolveram concepções próprias de beleza corporal, profundamente enraizadas em seus sistemas simbólicos, estruturas sociais e cosmologias. Nessas culturas, o corpo não é pensado prioritariamente como objeto de performance física ou de otimização estética nos moldes modernos, mas como espaço de identidade, pertencimento e expressão coletiva (Le Breton, 2011).

A análise dos padrões não-ocidentais evidencia que os critérios estéticos são historicamente situados e culturalmente produzidos, desafiando a ideia de um ideal único de beleza. Ao mesmo tempo, permite compreender como processos coloniais, científicos e midiáticos contribuíram para a marginalização ou exotização desses corpos, reforçando hierarquias estéticas globais que persistem até a contemporaneidade (Fanon, 2008).

### 6.1 Beleza asiática

Em diversas culturas asiáticas, a beleza corporal esteve historicamente associada à delicadeza, à harmonia e à contenção, em contraste com ideais de força física ou exuberância atlética. A valorização da palidez da pele, por exemplo, reflete uma distinção social ligada ao afastamento do trabalho braçal e à proximidade com posições de prestígio. A pele clara torna-se símbolo de status, refinamento e autocontrole, consolidando-se como marcador estético e social (Bourdieu, 2012).

Um dos exemplos mais emblemáticos dessa concepção é a prática do enfaixamento dos pés na China imperial. Longe de ser compreendida apenas como violência corporal, essa prática integrava um complexo sistema simbólico que associava beleza, feminilidade, disciplina e pertencimento social. O corpo feminino era moldado segundo normas rígidas, nas quais o

sofrimento e a limitação física eram naturalizados como expressões de virtude e refinamento (Bourdieu, 2012).

Nesses contextos, o corpo belo não se define pela força, pela expansão muscular ou pela performance, mas pela capacidade de adaptação às normas sociais e culturais. Trata-se de um corpo disciplinado socialmente, cuja estética expressa controle, obediência e harmonia, antecipando, sob outra lógica, mecanismos de normatização corporal que mais tarde serão apropriados pela modernidade e pela medicina (Foucault, 2014).

## 6.2 Beleza africana e indígena

Em muitas culturas africanas e indígenas, o corpo ocupa lugar central na construção da identidade individual e coletiva, sendo compreendido como suporte de memória, pertencimento e narrativa cultural. A beleza não é concebida como atributo universal ou padronizado, mas como expressão de vínculos sociais, rituais de passagem e histórias compartilhadas. O corpo torna-se, assim, linguagem viva da cultura (Mauss, 2003).

Práticas como escarificações, pinturas corporais, perfurações e o uso de ornamentos não têm finalidade meramente estética, mas comunicam pertencimento étnico, posição social, maturidade, coragem ou conexão espiritual. A modificação corporal funciona como inscrição simbólica, conferindo ao corpo significado e legitimidade dentro da comunidade. A beleza emerge da capacidade do corpo de contar uma história e de representar valores coletivos (Mauss, 2003).

Nessas culturas, o corpo belo é aquele que expressa identidade e continuidade cultural, não sendo avaliado a partir de critérios externos de proporção, juventude ou performance. A imposição de padrões ocidentais, especialmente durante o processo colonial, contribuiu para a desvalorização dessas estéticas e para a patologização de corpos não conformes ao ideal europeu. A análise desses padrões revela, portanto, não apenas a diversidade estética humana, mas também os efeitos históricos do poder, da colonização e da ciência na hierarquização dos corpos (Fanon, 2008).

## 7. Século XIX: Medicina, Normalização e Controle

O nascimento do corpo médico

O século XIX marca um ponto de inflexão decisivo na história do corpo, caracterizado pela consolidação da medicina científica como saber legítimo e hegemônico sobre a

corporeidade. Nesse período, o corpo humano passa a ser progressivamente capturado por discursos médicos que o definem, classificam e regulam, inaugurando o que pode ser compreendido como o nascimento do “corpo médico”. A medicina deixa de atuar apenas no tratamento da doença para assumir papel central na definição do que é considerado normal, saudável e socialmente aceitável (Foucault, 2010).

A consolidação de métodos científicos baseados na observação, mensuração e experimentação transforma o corpo em objeto técnico de conhecimento. Parâmetros fisiológicos, anatômicos e funcionais passam a ser sistematicamente estabelecidos, criando uma fronteira clara entre o corpo normal e o corpo patológico. Essa distinção, embora apresentada como neutra e científica, carrega implicações morais e sociais profundas, uma vez que o desvio da norma passa a ser associado à inadequação, degenerescência ou risco social (Canguilhem, 2011).

Nesse contexto, o movimento higienista ganha força, articulando medicina, Estado e moralidade. A saúde pública passa a ser entendida como questão de ordem social, e o corpo individual torna-se responsabilidade coletiva. Práticas de higiene, controle dos hábitos, vigilância dos espaços urbanos e regulamentação dos comportamentos corporais visavam não apenas prevenir doenças, mas também produzir corpos produtivos, disciplinados e moralmente adequados. A medicina assume, assim, função normativa, extrapolando o campo terapêutico (Foucault, 2014; Elias, 2011).

Paralelamente, teorias eugenistas emergem como expressão extrema dessa lógica de normalização. Sob o pretexto de aperfeiçoamento biológico da população, a eugenia associa critérios médicos a hierarquias raciais, sociais e estéticas, legitimando práticas de exclusão e violência simbólica. O corpo belo, saudável e moralmente correto passa a ser apresentado como ideal civilizatório, enquanto corpos considerados desviantes são medicalizados, corrigidos ou eliminados do espaço social (Fanon, 2008).

À luz da análise foucaultiana, esse processo pode ser compreendido como expressão da biopolítica, isto é, de um conjunto de estratégias por meio das quais o poder passa a gerir a vida, os corpos e as populações. O corpo deixa de ser apenas objeto de cuidado individual e torna-se alvo de intervenções sistemáticas, reguladas por saberes médicos e dispositivos institucionais. Medir, classificar e corrigir o corpo tornam-se práticas centrais, naturalizando padrões que articulam saúde, moralidade e estética (Foucault, 2010).

Desse modo, o século XIX inaugura uma nova etapa na construção histórica do ideal de beleza, na qual a estética deixa de ser apenas questão cultural ou artística e passa a ser legitimada pelo discurso médico-científico. O corpo belo torna-se aquele que se conforma à norma, antecipando os processos contemporâneos de medicalização estética e controle performático da corporeidade (Canguilhem, 2011).

## 8. Século XX: Mídia, Cinema e o Corpo Performático

O século XX inaugura uma nova etapa na construção dos ideais de beleza, marcada pela expansão dos meios de comunicação de massa e pela consolidação da indústria cultural. O corpo humano passa a ser amplamente mediado por imagens, narrativas e discursos produzidos pelo cinema, pela publicidade e, posteriormente, pela televisão. A estética corporal deixa de ser construída apenas no âmbito local ou cultural e passa a assumir dimensões globais, difundindo padrões relativamente homogêneos e intensamente desejáveis (Vigarello, 2006).

Nesse contexto, o corpo deixa de ser apenas objeto de normatização médica e passa a ser também objeto de performance, exposição e consumo. A imagem corporal torna-se capital simbólico, associada ao sucesso, à felicidade e à realização pessoal. O ideal de beleza passa a ser constantemente reiterado e atualizado, produzindo um ciclo contínuo de desejo, inadequação e correção corporal (Giddens, 2002).

### 8.1 O corpo midiático

O cinema hollywoodiano desempenha papel central na consolidação de padrões globais de beleza ao longo do século XX. Estrelas do cinema passam a funcionar como modelos corporais aspiracionais, difundindo imagens idealizadas que associam beleza a juventude, sucesso e status social. O corpo feminino é frequentemente representado como magro, jovem e sexualizado, enquanto o corpo masculino é associado à força, à virilidade e à capacidade performática (Bordo, 2003).

A publicidade amplia e intensifica esse processo ao vincular o ideal corporal ao consumo de produtos, serviços e estilos de vida. Cosméticos, dietas, roupas, academias e procedimentos estéticos passam a ser apresentados como meios legítimos para alcançar o corpo desejado. O ideal de beleza torna-se mercadoria, e o corpo passa a ser compreendido como objeto passível de investimento contínuo (Giddens, 2002).

De acordo com World Health Organization (2022), esse corpo midiático é construído a partir de padrões seletivos e excludentes, frequentemente descolados da diversidade corporal real. A repetição incessante dessas imagens contribui para a naturalização de modelos estéticos restritos, produzindo efeitos psicológicos e sociais profundos, como insatisfação corporal, estigmatização e patologização da diferença. O corpo performático exige constante adequação às expectativas impostas pelo olhar social mediado pela mídia.

## 8.2 A medicina estética

Paralelamente à expansão da cultura midiática, observa-se o crescimento e a diversificação das especialidades médicas voltadas à estética corporal, como a cirurgia plástica, a endocrinologia e a nutrição. A medicina passa a atuar não apenas na correção de patologias, mas na modulação da aparência e da performance corporal, atendendo a demandas que extrapolam a esfera da necessidade clínica (Ortega, 2008).

Nesse contexto, o corpo passa a ser concebido como projeto individual, passível de planejamento, aprimoramento e constante atualização. Intervenções médicas tornam-se instrumentos legítimos para a construção da identidade corporal, reforçando a ideia de que o corpo ideal é resultado de escolha, esforço e investimento pessoal. A responsabilidade pelo corpo desloca-se para o indivíduo, que passa a gerir sua aparência como parte de seu capital social (Giddens, 2002).

Esse movimento marca a transição da medicina curativa para a medicina do desejo, na qual procedimentos estéticos são justificados por discursos de bem-estar, autoestima e qualidade de vida. Embora frequentemente apresentados como expressão de autonomia, esses discursos operam dentro de um sistema normativo que define quais corpos são desejáveis e quais devem ser corrigidos. A medicina estética consolida-se, assim, como mediadora entre o ideal midiático e a materialidade corporal, intensificando a medicalização da beleza e preparando o terreno para as dinâmicas contemporâneas do corpo no século XXI (Foucault, 2010).

## 9. Século XXI: Bioética, Performance e Medicalização da Beleza

No século XXI, os ideais de beleza atingem um novo patamar de complexidade, marcado pela intensificação da medicalização do corpo, pela centralidade da performance e pela amplificação dos discursos estéticos por meio das tecnologias digitais. O corpo passa a ser

concebido como capital simbólico, isto é, como recurso capaz de gerar reconhecimento social, pertencimento e valor no mercado contemporâneo. A aparência corporal torna-se elemento central na construção da identidade, atravessando dimensões profissionais, afetivas e subjetivas (Giddens, 2002).

As redes sociais desempenham papel determinante nesse processo ao promoverem a exposição contínua do corpo e a circulação de imagens altamente editadas e filtradas. Plataformas digitais e influenciadores consolidam padrões estéticos idealizados, frequentemente inatingíveis, que se apresentam como naturais, acessíveis e desejáveis. A lógica algorítmica reforça a visibilidade de corpos que se alinham a esses modelos, intensificando a pressão social por adequação e reforçando a associação entre beleza, sucesso e validação social (Breton, 2011).

Nesse cenário, a medicina estética amplia significativamente seu campo de atuação, incorporando procedimentos cirúrgicos, hormonioterapia, suplementação nutricional e intervenções minimamente invasivas voltadas ao aprimoramento da aparência e da performance corporal. O discurso médico, antes centrado na prevenção e no tratamento de doenças, passa a legitimar práticas voltadas à otimização do corpo, frequentemente apresentadas como expressão de autocuidado e bem-estar. O corpo deixa de ser apenas objeto de cuidado e torna-se projeto permanente de aperfeiçoamento (Ortega, 2008).

Essa expansão, contudo, levanta importantes questões bioéticas. As fronteiras entre cuidado legítimo, aprimoramento estético e padronização normativa tornam-se cada vez mais difusas. A promessa de autonomia individual, frequentemente mobilizada para justificar intervenções estéticas, convive com contextos marcados por vulnerabilidade social, pressão midiática e interesses mercadológicos. O desejo pelo corpo ideal não emerge no vazio, mas é produzido e reforçado por estruturas econômicas e culturais que lucram com a insatisfação corporal (Agamben, 2017).

De acordo com World Health Organization (2022), as consequências desse processo manifestam-se também no aumento do sofrimento psíquico, incluindo transtornos de imagem, dismorfia corporal, ansiedade e depressão. A constante comparação com padrões idealizados e a percepção de inadequação alimentam um ciclo de intervenção e frustração, no qual o corpo nunca se apresenta como suficientemente belo, saudável ou performático. A medicalização da beleza, nesse sentido, contribui para a patologização da diversidade corporal e para a naturalização da insatisfação como condição permanente.

À luz da bioética, torna-se imprescindível problematizar os conceitos de autonomia, vulnerabilidade e responsabilidade profissional no contexto do mercado da beleza. A autonomia, para ser efetiva, deve considerar as condições sociais e simbólicas que moldam o desejo; a vulnerabilidade exige reconhecimento e proteção diante de práticas potencialmente exploratórias; e a atuação médica demanda reflexão crítica sobre seus limites éticos. O século XXI, assim, impõe o desafio de repensar o papel da medicina não apenas como técnica de intervenção, mas como agente ético na construção dos ideais de beleza e na promoção de uma relação mais saudável, plural e humanizada com o corpo (Foucault, 2010).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise histórica desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que os ideais de beleza não constituem atributos naturais ou universais, mas construções sociais, culturais e simbólicas profundamente condicionadas por contextos históricos específicos. Desde as concepções simbólicas e funcionais das sociedades antigas, passando pelo ideal harmônico grego, pela espiritualização medieval, pela racionalização moderna e pela medicalização contemporânea, observa-se que o corpo humano foi continuamente ressignificado de acordo com valores, saberes e relações de poder vigentes em cada período.

Nesse percurso, a medicina assume papel progressivamente central na definição e legitimação dos padrões corporais. Se, por um lado, o saber médico contribuiu de forma inegável para a promoção da saúde, o alívio do sofrimento e o aumento da expectativa de vida, por outro, tornou-se agente normativo na classificação, correção e padronização dos corpos. Essa ambiguidade revela a dupla face da medicina contemporânea: simultaneamente instrumento de cuidado e dispositivo de normalização estética e moral.

No contexto atual, marcado pela intensificação da medicalização da beleza e pela influência da mídia e das tecnologias digitais, torna-se imprescindível uma abordagem ética e humanizada do corpo. A naturalização de padrões estéticos restritos, legitimados por discursos científicos, tende a invisibilizar a diversidade corporal e a produzir sofrimento psíquico, reforçando desigualdades e vulnerabilidades. A ciência, ao se afastar de uma postura crítica, corre o risco de reproduzir e ampliar normas excludentes sob o manto da neutralidade técnica.

Diante desse cenário, este artigo propõe um convite à reflexão crítica sobre o papel da ciência e da medicina na produção e manutenção dos ideais corporais contemporâneos. Reconhecer o caráter histórico e social da beleza é passo fundamental para desnaturalizar

padrões impostos e questionar práticas que confundem cuidado com adequação normativa. A responsabilidade ética dos profissionais da saúde exige a consideração das dimensões culturais, simbólicas e subjetivas envolvidas nas demandas estéticas.

Por fim, defende-se uma medicina comprometida com a dignidade humana e com o reconhecimento da pluralidade dos corpos, capaz de equilibrar os avanços técnicos com princípios éticos que valorizem a autonomia consciente, a justiça e o respeito à diversidade. Ao deslocar o foco da padronização para o cuidado integral, a medicina pode contribuir para uma relação mais saudável, crítica e humanizada com o corpo, alinhando-se não apenas aos imperativos científicos, mas também aos valores fundamentais das humanidades.

## REFERÊNCIAS

1. AGAMBEN, Giorgio. *O uso dos corpos*. São Paulo: Boitempo, 2017.
2. BORDO, Susan. *Unbearable weight: feminism, Western culture, and the body*. Berkeley: University of California Press, 2003.
3. BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
4. CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
5. DANTO, Arthur C. *Após o fim da arte*. São Paulo: Edusp, 2006.
6. ECO, Umberto. *História da beleza*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
7. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
8. FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
9. FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2010.
10. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2014.
11. GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
12. LE BRETON, David. *Antropologia do corpo e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2011.
13. MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
14. ORTEGA, Francisco. *O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
15. PENNA, Mariana Dias; SILVA, Juliana Freire. Corpo, estética e biopolítica: reflexões contemporâneas. *Revista Bioética*, Brasília, v. 28, n. 3, p. 456-464, 2020.

16. SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
17. SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.
18. TURNER, Bryan S. *The body and society*. London: Sage Publications, 2008.
19. VIGARELLO, Georges. *A história da beleza: o corpo e a arte de se embelezar do Renascimento aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
20. WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Body image and mental health*. Geneva: WHO, 2022.